



PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 3 de outubro de 2007

Ano 1 - número 24

Diagnóstico precoce pode minimizar efeitos do Mal de Alzheimer

O mundo vem enfrentando um envelhecimento progressivo de sua população. Em 1950, havia 214 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, e as estimativas indicam que serão 1 bilhão em 2025. Também no Brasil a população envelhece rapidamente – processo acompanhado do aumento de doenças que até pouco tempo eram desconhecidas ou não discutidas de forma mais transparente. Entre estas enfermidades está o Mal de Alzheimer, doença degenerativa progressiva que compromete o cérebro, causando diminuição da memória, dificuldade de raciocínio e alterações comportamentais.

Para discutir o Mal de Alzheimer, conhecido como o mal do século, a Comissão de Seguridade Social e Família exibiu o filme “Clarita”, da diretora Thereza Jessouron. A cineasta aborda o tema de forma original, sensível e corajosa, pois se trata do relato pessoal, em que a protagonista é a própria mãe. “Como uma pessoa que foi saudável a vida toda pode ter este destino?”, indaga a diretora.

Tereza destacou que, a partir da apresentação do filme na Câmara, ele deixa de ser uma causa individual para ser uma ação coletiva, com a participação dos deputados e do Ministério da Saúde, na busca de soluções que possam ajudar a esclarecer e diminuir o sofrimento da população que foi acometida pela doença. “O urgente a ser feito é divulgar quais



Maria Aparecida(D): é de vital importância que os sintomas iniciais sejam valorizados, o que infelizmente não acontece na prática diária

atitudes que as famílias têm que ter diante da suspeição de que algum familiar tenha os sintomas da doença. Medidas a serem tomadas, médicos a serem procurados e mudanças físicas a serem feitas nas casas dos pacientes, para que todos que convivem com o mal possam estar alertadas para o que vem pela frente”, advertiu a cineasta.

Jessouron cobrou do Ministério da Saúde a criação dos Centros Dia - centros de atendimento e acompanhamento de portadores de Alzheimer - que, segundo ela, podem ajudar bastante os familiares do paciente que precisam trabalhar e não têm com quem deixar o doente. “Esta doença fantasma atinge toda a família, que se desestrutura em todos os níveis, fazendo com que a discórdia vire senso comum”, alerta.

“Atualmente, a expectativa de vida do brasileiro está próxima dos 70 anos. Isto demonstra que precisamos nos preparar para o futuro. Se não houver

um compromisso do governo em criar programas que possam dar maior esclarecimento à população sobre doenças como o Mal de Alzheimer, certamente o Brasil passará por muitos problemas. E o Mal de Alzheimer mostra que o País não tem nenhuma política pública específica que possa atender e minimizar o sofrimento dos pacientes desta doença”, avaliou a deputada Rita Camata (PMDB-ES), uma das responsáveis pela realização da audiência.

Políticas públicas

É consenso que, como não há tratamento curativo para a doença de Alzheimer, o diagnóstico precoce e a instituição imediata da terapêutica farmacológica disponível são fundamentais para adiar o aparecimento de complicações. O alerta é da presidente da Associação de Parentes e Amigos de Pessoas com Mal de Alzheimer do Rio de Janeiro, Maria Aparecida Guimarães. “É, portanto, de vital importância que os sintomas iniciais se-

OTÁVIO PRAVEDES

jam valorizados, o que infelizmente não acontece na prática diária”, destacou.

Durante a audiência, Maria Aparecida criticou a descontinuidade do fornecimento dos medicamentos para o tratamento do Mal de Alzheimer no estado do Rio de Janeiro. Segundo ela, o Ministério da Saúde repassa as verbas. O problema é a administração estadual. “Minha mãe ficou um ano e meio sem remédio fornecido pela rede pública”, disse. Essa descontinuidade, segundo Maria Aparecida, caracteriza uma falta de planejamento. “Como é que você espera acabar o medicamento para poder fazer uma licitação que demora três meses para ser concretizada. Enquanto isto, nestes três meses a população fica sem tomar a medicação? É um problema de gestão. É preciso ter mais respeito ao cidadão”, reclamou.

O coordenador da Área Técnica da Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, José Luiz Telles, defendeu a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas existentes para essa área. “É preciso trabalhar em parcerias para que a sociedade tenha esclarecimento e informações, e perceba que uma alteração na memória de seu parente mais idoso não é uma questão natural da idade - pode ser o início da doença. E quanto mais precocemente for o diagnóstico, melhor será a qualidade de vida da pessoa portadora do Mal de Alzheimer”, alertou Telles.



Germano Bonow

Uma prova de amor à vida

Deputado Germano Bonow

Dados recentes da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO) informam que caiu pelo quarto ano consecutivo o número de doadores de órgãos no Brasil. Em 2004 a média era de 7,3 doadores a cada um milhão de habitantes; em 2005, 6,3 a cada um milhão; em 2006, apenas seis a cada um milhão foram doadores e, neste ano de 2007, o índice caiu ainda mais, para 5,4, o que corresponde a menos de 25% da lista de espera.

Esses dados mostram que foi interrompida uma curva ascendente iniciada em 1997, quando foi criado o STN – Sistema Nacional de Transplantes, setor do Ministério da Saúde, que passou a nortear as políticas públicas de transplantes. Para ter-se uma idéia, no ano de sua criação só havia 2,7 doadores por milhão de habitantes.

O índice de 2007, que confirma a queda, frustrou as expectativas de especialistas de que o País chegasse, até 2015, perto de taxas registradas no Canadá e nos EUA,

onde os índices são de 14 a 23 doadores, respectivamente, por milhão de habitantes. Na Europa, a taxa é ainda maior, como na Espanha, onde chega a 35.

O número de doadores no Brasil é muito inferior à necessidade, haja vista que atualmente cerca de 65 mil pessoas estão na fila de espera para os mais diversos transplantes. A espera é sempre longa, pois o número de órgãos transplantados é muito inferior à necessidade; em 2006 foram 4.668, o que significa 7,2% de transplantes realizados em relação à fila de espera.

Segundo a ABTO, as causas pela baixa oferta de órgãos para transplantes são várias, entre as quais a resistência das famílias em autorizar a retirada dos órgãos, dificuldades em providenciar a documentação que comprove a morte encefálica, que é essencial, e a realização dos exames necessários, além de, em alguns casos, a ausência de um hospital especializado para proceder a retirada, uma vez que o corpo do doador deve ser mantido em determinadas condições até ocorrer a cirurgia.

Ainda conforme a associação, de 60 pessoas que têm morte encefálica no Brasil, apenas a metade é identificada, sendo que desses, somente seis se tornam doadores.

Os estados brasileiros

vivem um contraste muito grande em relação às doações, o que explica o baixo índice nacional. Enquanto Santa Catarina, que detém o maior índice (o segundo é São Paulo) apresenta a taxa de 12,8 doadores a cada milhão de habitantes, no Maranhão o índice em 2006 foi de 0,2 – apenas uma doação foi feita.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, o terceiro em doações no País, a realidade é diferente, e os números sobre transplantes provam isso: em 1996 o total de transplantes foi de 275, chegando a 1.360 em 2006, quase cinco vezes mais. Nos últimos dez anos, foram realizadas nove mil cirurgias.

Como ex-secretário da Saúde do Estado, sinto-me gratificado com esse aumento no número de transplantes, uma vez que isso passou a acontecer depois de termos transferido a Central de Transplantes do Estado para o âmbito da Secretaria da Saúde, quando passou a ser possível realizarmos campanhas de incentivo e de conscientização sobre o assunto, além de instrumentalizarmos os hospitais para esse fim.

As explicações para esse aumento, no entanto, são várias, incluindo o espírito solidário dos gaúchos e a conscientização quanto à importância das doações, mas não há

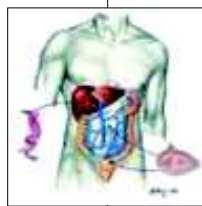
como negar que um episódio em especial fez com que, nos últimos anos, a doação de órgãos fosse mais valorizada no Rio Grande do Sul.

Refiro-me a um fato que completou, no dia 1º de outubro, dez anos de sua ocorrência: o acidente com um avião do governo do estado que, na noite de 1º de outubro de 1997 caiu na cidade de Chapecó/SC, matando cinco jovens médicos gaúchos e os dois pilotos.

A equipe vitimada no acidente cumpria mais uma missão na busca de órgãos para transplante. Iam retirar órgãos de um paciente internado com morte cerebral no Hospital Regional de Chapecó. Os cirurgiões pretendiam levar para Porto Alegre pulmões, fígado, rins e coração, para pacientes que necessitavam de transplantes e integravam a fila de espera, que na época era superior a mil pessoas.

Morreram no acidente os médicos Marcos Stédile, 28 anos; André Barrio-nuevo, 28; Jean Kolmann, 31; Jackson Ávila, 27 e Cláudio Lança, 29 anos, além do comandante José Eduardo Reis, de 43 anos, e o copiloto Paulo César Reimbrecht, 40. Todos morreram no exercício das suas profissões, mas nos deixaram, como legado, uma inesquecível prova de amor à vida.

São exemplos a serem seguidos!



EXPEDIENTE

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**
 1º Vice-Presidente: **Aiceni Guerra (DEM-PR)**
 2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**
 3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PRB-MA)**

Secretário da Comissão: **Wagner Padilha**
 Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787
 Produção, Edição e Diagramação:
 Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II
 Pav. Superior, Ala A, Sala 143
<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>
 E_mail: cssf@camara.gov.br

Resultado das reuniões do dia 26 de setembro

Seguridade aprova obrigatoriedade de programa educativo na TV

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, no último dia 26, o Projeto de Lei 5269/01, do Senado Federal, que obriga as emissoras de TV a dedicar pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programas infantis educativos. De acordo com o projeto, a programação deve atender às necessidades educacionais e informativas das crianças e dos adolescentes menores de 16 anos.

A programação, segundo o texto do PL, deverá ser levada ao ar entre 7 da manhã e 10 da noite; ter duração mínima de 15 minutos; e ser identificada como programação infantil educativa, no momento em que vai ao ar. O texto prevê ainda que cenas reais de violência contra menores só poderão ser exi-



Solange Almeida

bidadas entre 22 e 5 horas. “Estas exigências vão colaborar para a boa educação dos nossos jovens e proteger as famílias contra abordagens prejudiciais à formação moral, intelectual e emocional das crianças que ficam por várias horas diante da televisão”, avalia a

relatora, deputada Solange Almeida (PMDB-RJ).

O projeto obriga as emissoras a identificar e divulgar sua programação destinada ao público infantil, facilitando a informação de pais, professores e demais interessados, mediante publicação e divulgação de relatório de programação infantil.

Segundo o projeto, as emissoras deverão apresentar, como documento indispensável à renovação da concessão ou permissão, relatório completo sobre a programação infantil exibida, incluindo detalhes da produção.

Tramitação

A proposta deverá ser analisada ainda pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto define mais verbas para idosos desempregados

Outro item aprovado pela Comissão foi o Projeto de Lei 833/07, da deputada Solange Amaral (PMDB-RJ), que obriga a União a disponibilizar, no mínimo, 0,5% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) para aplicação em programas de atendimento social a idosos desempregados. De acordo com o PL, o idoso desempregado é toda pessoa que não percebe seguro-desemprego ou qualquer benefício previdenciário.

A autora ressalta que o crescimento do número de idosos tem determinado a necessidade de novas políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Solange Amaral destaca que a intenção da proposta é a de garantir recursos regulares e estáveis, que poderão amenizar o drama de brasileiros que produziram durante anos, e que, no momento em que mais precisam, ficam desamparados.

O relator da matéria, deputado Alcení Guerra (DEM-PR) destaca que a cultura ainda predominante em nossa sociedade é a de considerar o idoso imprestável para o trabalho, e tem como consequência sua exclusão do mercado de trabalho. “Diante desse quadro, é urgente a necessidade de se adotarem programas de amparo aos idosos, mas o maior obstáculo é a falta de recursos. Com a aprovação da proposta, estamos dando uma contribuição para a solução deste problema”, ressaltou Guerra.

Tramitação

O projeto será analisado ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Registro sanitário de produto animal

A Comissão aprovou também a exigência de certidão negativa de débitos de contribuições sociais para a renovação semestral do registro de inspeção sanitária de indústrias que trabalham com produtos de origem animal.

Segundo o autor do Projeto de Lei 5193/05, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), a proposta permitirá maior controle e fiscalização sobre a produção de alimentos de origem animal, o que garantirá melhores condições de higiene e sanidade dos produtos oferecidos à população. Caiado afirma ainda que a exigência de certidão negati-

va de débitos das empresas contribuirá para combater a evasão fiscal, “fazendo ato de justiça tributária e de democratização da concorrência, com reflexos positivos na cadeia produtiva do agronegócio”.

Relator da matéria, o deputado Germano Bonow (DEM-RS) destaca que o registro de estabelecimentos industriais que operam produtos de origem animal é concedido após minuciosa inspeção das instalações e equipamentos. Entretanto, ele informa ainda que este registro pode ser cassado a qualquer momento, no caso de o órgão de inspeção constatar que a indústria descumpriu as normas sani-

tárias. “Os órgãos de fiscalização, uma vez constatada a irregularidade, aplicam multas e iniciam processos para interdição dos estabelecimentos, mas frequentemente pressões políticas os pretegem da suspensão do registro. Com a aprovação do projeto, a necessidade de renovar o registro e de apresentar a Certidão Negativa de Débitos vai ajudar a identificar os infratores e forçá-los a corrigir as irregularidades”, destacou Bonow.

Tramitação

O projeto será analisado ainda pelas comissões de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Governo libera R\$ 1,7 bilhão para a Saúde

A Câmara recebeu, no último dia 27, a Medida Provisória 395/07, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,7 bilhão para o Ministério da Saúde - recursos provenientes do superávit financeiro, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (CSLL) e do excesso de arrecadação das empresas estatais, entre outras fontes.

Do valor destinado ao Ministério da Saúde, o atendimento nos municípios ficará com R\$ 1,2 bilhão, enquanto R\$ 455 milhões serão aplicados na compra de medicamentos e insumos. Os hospitais da rede pública no Rio de Janeiro receberão R\$ 45 milhões. A MP também prevê reajustes de 13% a 40% no teto financeiro per capita repassado pelo SUS aos estados.

Segundo dados do Ministério da Saúde, esse dinheiro vai proporcionar um aumento médio de 30% em cerca de mil procedimentos ambulatoriais e



Darcísio Perondi

hospitalares. O reajuste é retroativo a 1º de setembro.

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), comemorou a publicação da MP e destacou o empenho de deputados, senadores e das entidades parceiras, que chamaram a atenção do governo para a gravidade da crise. "Tivemos que fazer uma procissão e carregar velas para que o Palácio do Planal-

to se sensibilizasse e enxergasse a iminência do apagão da saúde", ressaltou.

Emenda 29

Perondi, no entanto, disse que a media provisória só prevê a liberação de R\$ 1,7 bilhão. "O Governo havia prometido R\$ 2 bilhões. Faltam, portanto, R\$ 300 milhões". O parlamentar reafirmou que esse dinheiro servirá apenas como "um esparadrapo num paciente com hemorragia" e que a crise só vai acabar após a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que eli-

mina as possibilidades de desvios de recursos orçamentários da saúde e garante mais dinheiro para o setor a partir de 2008.

Na avaliação do deputado, os hospitais comunitários e santas casas que prestam serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS) vão poder respirar até a regulamentação da EC 29.

Tramitação

A partir de 12 de novembro a medida provisória passará a trancar a pauta da Casa onde estiver tramitando.

Alguns procedimentos, principalmente de média a alta complexidade, terão reajuste:

- Diárias em UTIs - aumento entre 60% e 70% - valores vão variar entre R\$ 341 e R\$ 363.
- Consulta médica - aumento de 32,4% - de R\$ 7,55 para R\$ 10.
- Parto normal - aumento de 27% - de R\$ 317 para R\$ 403.
- Eletrocardiograma - aumento de 60,94% - de R\$3,2 para R\$5,15.

Seguridade vai discutir projeto que descriminaliza o aborto

A Comissão promoverá, na próxima quarta-feira (10), a terceira audiência pública para debater o Projeto de Lei 1135/91, de autoria dos ex-deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, que descriminaliza o aborto provocado pela própria gestante ou com o seu consentimento. Atualmente, a legislação prevê, para esses casos, pena de detenção de um a três anos.

Foram convidados para o evento o presidente da Comissão Nacional de Violência Sexual e Interrupção da Gravidez em casos previstos pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo-SP), Cristiano Fernando Rosas; o professor de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UNB) Claudio

Bernardo Pedrosa de Freitas; a professora do Centro de Saúde da Universidade Federal de Alagoas e ex-senadora, Heloísa Helena; e o juiz de Direito do Fórum de Campinas José Henrique Rodrigues Torres.

Na última audiência, o relator do projeto, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), disse que iria antecipar em aproximadamente um mês a apresentação do seu relatório, anteriormente prevista para novembro. Entretanto, ele anunciou que só divulgará seu parecer após o Supremo Tribunal Federal (STF) definir sobre quando se inicia a vida durante a gestação.

O professor de Direito Constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Daniel Sarmiento, que também participou da última

audiência, defendeu a flexibilização na legislação. Ele ressaltou que a legislação brasileira sobre o aborto é da década de 1940, uma época que não havia a menor sensibilidade aos direitos da mulher.

Apesar de não existirem estatísticas oficiais, Daniel Sarmiento disse que, no Brasil, existe um quadro dramático que aponta para a prática de mais de um milhão de abortos clandestinos por ano.

Contrário à descriminalização do aborto, o sub-procurador da República Cláudio Fonteles defendeu a criação de programas sociais de acolhimento a gestantes abandonadas para permitir que elas tenham gestações adequadas, proporcionando com isto, que elas não sejam levadas a praticarem o aborto.

Fonteles defendeu tam-

bém a preservação da gravidez de fetos anencéfalos.

Para a advogada integrante da Comissão de Defesa da República e da Democracia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) Gisela Zils, a aprovação do PL 1135/91, do jeito que está é inconstitucional porque não define até quando se pode interromper a gestação.

A coordenadora da Organização Não Governamental Católica pelo Direito de Decidir, Maria José Rosado, defendeu a aprovação do projeto. Segundo ela, diante de posições em que há discordâncias morais profundas, a solução é cada pessoa decidir segundo sua própria consciência. Para isso, é preciso que a lei faculte essa decisão.

A audiência vai acontecer no Plenário 7, às 9:30 horas.